

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANA GABRIELA DE CARVALHO SANGALLI PATRIAT

FLUXO DE CAIXA:

GESTÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS FAMILIAR

ANA GABRIELA DE CARVALHO SANGALLI PATRIAT

FLUXO DE CAIXA:
GESTÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS FAMILIAR

Projeto de Curso apresentado à Universidade Uniasselvi, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.^a Esp. Andréia Nascimento da Guia.

Rondonópolis/MT
2021

ANA GABRIELA DE CARVALHO SANGALLI PATRIAT

**FLUXO DE CAIXA:
GESTÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, pela Faculdade Integrada de Rondonópolis.

Aprovado em: **26/05/2021**

Nota: **10,0 (dez)**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Andreia Nascimento, da Guia Borges – Especialista – Faculdades Integradas de Rondonópolis Uniasselvi

Prof.^o Cosmeilson Rodrigues Soares – Mestre – Faculdades Integradas de Rondonópolis Uniasselvi

Prof.^a Sandra Regina Carrasco Libardoni – Especialista – Faculdades Integradas de Rondonópolis Uniasselvi

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são primeiramente a Deus, pois sem Ele não somos nada.

Agradeço a minha mãe Ilma e minha irmã Vanessa, por sempre me apoiarem e me incentivarem nesta jornada.

Agradeço em especial ao meu esposo Pierre, pois sempre me incentivou e apoiou e sempre esteve ao meu lado.

Agradeço a minha família que sempre torceu e esteve comigo. Aos colegas de Faculdade obrigado por passarmos esta jornada juntos que foi desafiadora, porém maravilhosa.

Aos meus professores e orientadora Andreia Borges, o meu muito obrigado por ensinarem e estarem sempre à disposição.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo estudar sobre a relevância do planejamento financeiro e do fluxo de caixa para as empresas familiar. Traz ainda informações sobre os benefícios da gestão financeira, sendo essa uma atividade onde sua finalidade é fazer com que a empresa dê rendimento. Ela controla as receitas e despesas, procurando o melhor para a empresa fazer render seu dinheiro. Assim toda empresa familiar precisa de um gestor para obter melhor rendimentos. Nos capítulos desenvolvidos foram explanados, a importância da administração, verificando-se como uma forma de governar e controlar as organizações ou parte dela. O processo consiste em esquematizar, estabelecer, dirigir e verificar a utilização de recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos e metas de uma forma eficiente e eficaz. É de suma importante o destaque de pesquisas que evidenciam como o controle do fluxo de caixa é tão essencial à empresa como o seu processo de planejamento, pois um depende do outro para que ambos possam ser úteis e práticos e as empresas podem beneficiar de suas vantagens. A metodologia utilizada será a partir de uma abordagem bibliográfica, ou seja, através de referenciais teóricos, ou bibliografia já existente sobre o assunto.

Palavras-chave: Fluxo de caixa; Gestão financeira; Empresas familiar; planejamento.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma de Fluxo de Caixa.....	28
Figura 2 – Fluxo de Caixa Operacional.....	29
Figura 3 – Mapa Mental Fluxo de Caixa.....	30
Figura 4 – Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto.....	32
Figura 5 – Demonstração Fluxo de Caixa Método Indireto.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SILGAS

DFC	Demonstrativo de Fluxo de Caixa
DRE	Demonstração de Resultado de Exercício
EI	Empresa Individual
EIRELI	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP	Empresa de Pequeno Porte
LTDA	Sociedade Empresária Limitada
MEI	Microempreendedor Individual
SA	Sociedade Anônima
SS	Sociedade Simples

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	11
1.2.1	OBJETIVO PRINCIPAL.....	11
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
1.4	METODOLOGIA.....	12
2	DESENVOLVIMENTO.....	13
2.1	TIPOS DE EMPRESAS	13
2.1.1	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA (LTDA).....	14
2.1.2	EMPRESA INDIVIDUAL (EI).....	15
2.1.3	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI).....	16
2.1.4	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).....	17
2.1.5	SOCIEDADE SIMPLES (SS) E SOCIEDADE ANÔNIMA (SA).....	18
2.1.1	EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).....	19
2.2	EMPRESA FAMILIAR.....	19
2.3	GESTÃO FINANCEIRA.....	22
2.4	FLUXO DE CAIXA.....	24
2.4.1	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	27
2.4.2	METODO DIRETO E METODO INDIRETO.....	30
2.5	PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	34
3	CONCLUSÃO.....	38
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

O fluxo de caixa é uma ferramenta indispensável para se ter uma boa gestão financeira empresarial familiar, tendo um controle das receitas e das despesas, assim podemos evitar endividamento, obter melhores rendimentos e até planejar a realizações dos objetivos. Quando a empresa tem conhecimentos das receitas das despesas, consegue trabalhar em cima de metas e projetos, a gestão financeira empresarial é de muito valia, pois em cima desses conhecimentos a empresa poderá trabalhar uma gestão voltada ao equilíbrio e continuidade da empresa de forma coerente e assertiva nas tomadas de decisões.

O planejamento é desenvolvido por meio de projeções estimativas aproximadas da posição econômica financeira esperada, englobando toda a programação avançada da administração financeira e a integração da coordenação dos planos operacionais em todas as áreas da empresa. Ele estabelece diretrizes de mudança e crescimento numa empresa, preocupando-se com uma visão global, com os principais elementos de políticas de investimento e financiamento da empresa. Com relação ao crescimento da empresa, ele está diretamente ligado à política financeira adotada pela empresa. Assim, o planejamento financeiro estabelece o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados; é, portanto, um plano para o futuro. O planejamento auxilia ainda na implantação de projetos que exijam análises com antecedência de todas as variáveis a serem analisadas e a situação de incerteza.

Nos últimos anos o crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil foi em grande escala, influenciando significativamente na economia no país, gerando renda e oportunidades para a população. Porém a falta de planejamento e da boa gestão financeira nem sempre são levados em consideração perante a administração das micro e pequenas empresas, o que se torna um fator primordial para que a mesma se mantenha.

Sendo assim, presente artigo discorre a questão da relevância da gestão no planejamento do fluxo de caixa para o controle financeiro em empresas familiar, conjecturando sobre o controle dos fluxos financeiros no aspecto da gestão de caixa nas diversas situações organizacionais. Deste modo, abrange as principais particularidades do fluxo de caixa avaliando sobre o conceito de fluxo de caixa, suas finalidades, suas vantagens e desvantagens, além das formas de Demonstração do

Fluxo de Caixa, com o objetivo de que se abranja como opera esta significativa ferramenta de controle para tomada de decisões. Serão conceituadas as formas de fluxo de caixa a fim de identificá-las, averiguando suas funções e suas acuidades.

1.1 PROBLEMA

Esse tema pertence aos micros e pequenos empresários que estão iniciantes no mercado ou que possuem uma empresa de pequeno porte, destinado a combater a mortalidade precoce dessas empresas. Muitas desses micros e pequenas empresas possuem ideias práticas, inovadoras e estratégicas, porém não sabem lidar com a gestão financeira empresarial e acabam pecando em pontos primordiais que comprometem o futuro da empresa. O presente trabalho procura responder o seguinte problema: Como o fluxo caixa pode contribuir para uma gestão financeira empresarial eficaz?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos são como as metas que pretendemos alcançar em algo proposto e, neste estudo bibliográfico, que faz uma revisão sobre a importância do fluxo de caixa para as microempresas e empresas familiares, foram estabelecidos como objetivos:

1.2.1 OBJETIVO PRINCIPAL

Tem como objetivo principal, demonstrar como o fluxo de caixa pode contribuir para uma gestão financeira eficaz nas empresas familiares.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos: conceituar fluxo de caixa e gestão financeira; destacar os principais tipos de empresas; explicar a eficácia da gestão financeira para as empresas familiares.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se faz relevante devido a deficiência de conhecimentos sobre gestão nas empresas familiares, é do fluxo de caixa que é uma das demonstrações contábeis que sendo utilizada de forma correta pode contribuir para uma melhor gestão financeira nas empresas. O fluxo de caixa nos permite organizar e controlar os recursos financeiros da empresa familiar e através deste relatório tomar decisões importantes com sabedoria para obter um equilíbrio nas finanças.

Observamos nessa era contemporânea grande índice de mortalidade de empresas devido à falta de gestão a não observância em separar a pessoa jurídica da física mediante isso este trabalho se torna relevante as empresas, a sociedade a comunidade acadêmica e pessoas físicas que desejam abrir sua empresa. Diante disso, o estudo deste pré-projeto vem contribuir de forma significativa para que as empresas familiares com uso das ferramentas de gestão e um conhecimento mais detalhado sobre fluxo de caixa possa ter um salto financeiro e consigam atingir seus principais objetivos que é crescimento, continuidade e lucratividade.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste em entender as necessidades do pesquisador, aprofundar suas pesquisas em relação ao seu alvo. Nesse contexto em estudo a pesquisa será realizada a partir de uma revisão bibliográfica, ou seja, por meio de referenciais teóricos, ou bibliografia já existente sobre o assunto. Além do levantamento bibliográfico, será utilizada a pesquisa descritiva de forma fidedigna, isto é, sem modificar o real entendimento do autor. Inicialmente, foi realizada uma seleção e pré-leitura de artigos e livros sobre o assunto abordado que será avaliado a partir de uma revisão crítica, com recorte temporal de 2010 a 2020. Os instrumentos e fontes para esta pesquisa serão principalmente livros, materiais publicados, artigos de revistas sobre o assunto entre outros. A pesquisa se encontra em três capítulos, com temas característicos para compreensão do leitor, por primeiro temos uma apresentação, o fluxo de caixa como instrumento que auxilia no controle dos recursos da empresa, no próximo capítulo, a gestão financeira, mostrando como se caracteriza uma gestão, no último capítulo os tipos de empresas.

2 DESENVOLVIMENTO

Em visto de situações excruciantes, é notável que empresários, independentemente de seu porte ou de sua área de atuação, encontrem-se anovelados às circunstâncias que solicitam, cada vez mais, um cuidado exclusivo em administrar seu negócio, frente à disputa emburrada pela sobrevivência. Tal circunstância, para um administrador ou gerenciador de um negócio, solicita opções para assessorar a organização, de modo a, inclusive, incentivar o crescimento de pequenos empreendedores, por intermédio de um acomodamento fiscal. Em virtude disto, os proprietários de empresas têm empossado em métodos que auxiliem a visualizar a movimentação financeira de seu negócio, uma vez que é constatado que o retorno e a sobrevivência deste, dependem de uma excelente gestão.

2.1 TIPOS DE EMPRESAS

É importante compreender e entender o significado da empresa, o autor Lima (2009, p.108) esclarece que empresa é um órgão social e que só pode oferecer aporte à sociedade se for vantajosa. Ainda, o autor elucida que, embora a lucratividade seja uma característica imprescindível tanto para a empresa quanto para a sociedade, a empresa não deve ser caracterizada só em limites do lucro conferido.

O lucro não é a finalidade, e sim um fator restritivo dos empreendimentos e das atividades empresariais. O lucro não é a explicação, a causa ou a razão de ser das decisões e do comportamento de uma empresa, mas, sim, o teste de sua validade (LIMA, 2009, p.109).

De acordo com os autores Vale e Correa (2015), a empresa pode ser definida como uma organização e/ou como uma instituição, quando conferida com seus subsídios mais ordinários. A empresa, enquanto organização bem-sucedida, estabelece-se em manifestação racional e econômica, e também como a dimensão dos fundamentos da gestão dos recursos humanos. Sendo assim, se manifesta com o desígnio de acolher à requisição, no que concerne ao contexto econômico de consumo, e se desenvolve asseverando a potência de seu ciclo produtivo, de acordo com as condições e regras do contexto econômico e social.

Para diferentes atividades e números de sócios, existem diferentes tipos de

empresas. E é importante saber quais são e como se diferenciam antes da abertura, pois isso reflete nos direitos e deveres e na administração do negócio. (MELCHOR, 1999, p. 345)

Para abrir uma empresa necessitamos saber em qual tipo porte a mesma se enquadra. De acordo com SEBRAE (2016): “Após o plano de negócio demonstrar viabilidade, o próximo passo do empreendedor é abrir a sua empresa. No entanto, é preciso analisar e estudar qual o tipo mais adequado, pois para cada um existem direitos e deveres.”

À diferentes tipos de empresas, por isso temos que saber a quantidade de sócios, atividade que a empresa exercera. As empresas podem ser Sociedade Empresária Limitada (LTDA), Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Empresa Individual (EI), Microempreendedor Individual (MEI), Sociedade Simples (SS), Sociedade Anônima (SA), Empresa de Pequeno Porte (EPP) que serão apresentadas a seguir.

2.1.1 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA (LTDA)

A sociedade empresária limitada constitui-se em uma espécie de associação que constitui normas com base no valor empossado por cada associado. Sendo o nome de cada uma das associações desse exemplar é acompanhado da sigla “Ltda”, que constitui “limitada”. Esse é um dos tipos de empresa preponderante no Brasil, e seu alicerce alude no contrato social. Sua ascendência está na responsabilidade limitada de companhias pertinentes a uma família e das sociedades anônimas. Esse formato de sociedade admite que a empresa tenha um administrador que não incumbe ao quadro de sócios, desde que tenha a anuência desses.

A Sociedade Empresária Limitada é pessoa jurídica que tem patrimônio próprio, não se pode emaranhar com a pessoa física do dos sócios e seus concernentes patrimônios. Os sócios podem responsabilizar-se com seus bens pessoais nos episódios de comprovação de má-fé, sonegação fiscal, confusão patrimonial, estelionato, fraude contra credores e entre outros (PUGLIESI; MAYERLE; MACHADO, 2013).

De acordo com o autor Melchor (1999), ainda sobre a temática, a responsabilidade dos sócios é delimitada e restrita, incidindo no modelo de

sociedade mais comum no Brasil. Se o capital firmado, ou seja, aquele lícito pelo sócio, não for completamente quitado, os outros sócios irão responder pelo descumprimento. Sendo assim, na situação em que exista prejuízo para o capital da empresa, é reprimida a remoção ou repartição dos ganhos para os sócios. Tornando-se a formação de um conselho fiscal uma opção e convém como uma estrutura de gerenciamento das ações dentro da empresa. É uma forma de solicitar a conexão entre as visões dos distintos sócios.

Vale ressaltar outros aspectos salientes como, por exemplo, que embora de a responsabilidade de cada sócio ser equilibrado ao seu investimento no capital da empresa, todos os sócios de uma empresa respondem pelo seu capital absoluto. Então, desta forma, se na hipótese de débitos com o Estado ou terceiros em uma empresa em que um dos dois sócios investiu 200 mil, e o secundário 10 mil, os dois terão a responsabilidade sobre o capital total de 210 mil da sociedade limitada (SEBRAE, 2017).

Sendo assim, o objetivo maior da sociedade limitada é afiançar o equilíbrio e a boa efetivação da organização. Além disso, uma das características é a exclusão, ou seja, um sócio pode ser excluído de uma sociedade limitada em duas circunstâncias: sendo a falta do pagamento do contrato social ou quando existe perigo na vivência e a execução da empresa.

2.1.2 EMPRESA INDIVIDUAL (EI)

A empresa individual é aquela que desempenha em nome próprio uma atividade empresarial. Isto significa que age individualmente, sem necessidade de sociedade. Seu encargo é ilimitado, sendo que responde com seus bens pessoais pelas obrigações ostentadas com a atividade empresarial. Entre as características da EI é que o empresário pode desempenhar atividade industrial, comercial ou prestação de serviços, menos serviços de profissão intelectual.

Não se pode ser o empresário também o prestador de serviços que desempenha profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística como por exemplo profissionais como: médicos, engenheiros, arquitetos e entre outros. Esses operarão individualmente como autônomos ou com sócios por meio da composição de uma Sociedade Simples (VALE; CORREIA, 2015). O autor Melchor (1999) salienta que esses profissionais conseguiram ser empresários, na hipótese

do exercício da profissão intelectual tenha elemento de empresa. Sendo o elemento de empresa, o exercício profissional de uma atividade econômica organizada. Refere-se de empresa oferecendo produtos e serviços, variadamente do serviço pessoal intelectual.

No entanto, para constituir uma Empresa Individual é mais simples, pois o empresário necessita somente ter um valor mínimo no caixa de R\$1.000,00. Uma vez que o empresário individual não tem demarcação de faturamento, mas se você estiver no Simples Nacional, o limite de faturamento anual nessa hipótese é de R\$4.800.000,00. Contudo, vale ressaltar que nem todos pode se caracterizar Empresa Individual. De acordo com o Artigo 966 do Código Civil e 150 do Regulamento do Imposto de Renda, a prestação de serviços de profissão regulamentada não pode ser composta como Empresário Individual. Assim, conforme a profissão é regulamentada, como Arquitetura, Engenharia, Advocacia, e outras, é necessário iniciar uma EIRELI, ou uma empresa com sócios (SEBRAE, 2017).

Desta forma, empresário individual é aquele que desempenha em nome próprio uma atividade empresarial. É a pessoa física como titular da empresa, o que concebe dizer que o patrimônio pessoal do empresário será afetado em caso de compromisso. Sendo assim, imóvel ou móvel podem ser utilizados para quitar dívidas da empresa, caso haja.

2.1.3 EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)

A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI foi elaborada pela Lei 12.441 em 2011, sendo composta por uma singular pessoa titular da totalidade do capital social, integral de forma devida, que não poderá ser menor a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. Sendo assim, o titular não responderá com seus bens pessoais pelas dívidas da empresa.

O início da história da Eireli no direito brasileiro, foi exposto pelo Decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, tendo o Código Civil abolido este absolutamente. Dentre as disposições abolidas averígua-se a que estabelecia que a administração somente poderia ser desempenhada pelo sócio, então denominado “sócio-gerente” e ainda aceita na linguagem coloquial (PUGLIESI; MAYERLE; MACHADO, 2013).

De acordo com autores Campanha et. al. (2017), a pessoa natural que fundar

empresa individual de responsabilidade limitada tão-somente poderá representar em uma única empresa desse gênero.

O titular do capital social que constituir a EIRELI não pode participar de outra empresa dessa modalidade, conforme o artigo 980-A, parágrafo segundo do Código Civil, logo há de constar a declaração no ato constitutivo referindo a não participação em outra EIRELI (PUGLIESI; MAYERLE; MACHADO, 2013, p. 357).

Diante disso, ao nome empresarial necessitará ser compreendida a expressão “EIRELI” em seguida a corporação ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada. A EIRELI ainda poderá derivar da centralização das partes de outra modalidade societária num singular sócio, involuntariamente dos motivos que determinaram tal concentração (SEBRAE, 2017). A Empresa individual de responsabilidade limitada será acondicionada, no que incumbir, pelas normas aplicáveis às sociedades limitadas.

2.1.4 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

O Microempendedor Individual (MEI) é um profissional autônomo, ou seja, empresário individual que se reconhece como pequeno empresário. Sendo assim, o Microempendedor Individual (MEI) é um empreendedor que tem um pequeno negócio e administra sua empresa de forma individual. A atividade estabelece que o profissional tenha um rendimento fixo anual para se sustentar dentro da modalidade.

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)

Ainda, segundo o SEBRAE (2017), o lucro bruto anual deverá ser de até R\$ 81.000,00 no ano ou R\$ 6.750,00 em média por mês de desempenho para o primeiro ano de exercício das atividades, podendo escolher pelo Simples Nacional e SIMEI. O Simples Nacional compõe valores fixos mensais para o MEI, que não seja sócio, titular ou administrador de outra empresa, que tenha no máximo 01 (um)

empregado que aufera tão-somente o piso da categoria profissional, não contenha mais de um estabelecimento, ou seja, não ter filial e entre outras condições.

De acordo com artigo 18-A da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006:

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

Sendo assim, em conclusão o Microempreendedor individual paga os seus tributos na forma do SIMEI por valores preestabelecidos mensalmente, sendo de 5% de um salário-mínimo, referente ao INSS do Empresário, mais R\$ 1,00 concernente ao ICMS (indústria, comércio ou serviço de transporte intermunicipal ou interestadual), e também R\$ 5,00 pertinentes ao ISS (prestação de serviços). Está exonerado de escrituração contábil e é protegido da Previdência social o Contribuinte Individual, uma vez que este tem o direito a determinados benefícios previdenciários, entre eles, a aposentadoria por idade.

2.1.5 SOCIEDADE SIMPLES (SS) E SOCIEDADE ANÔNIMA (SA)

A sociedade simples remete a parcerias entre profissionais prestadores de serviços, constituindo casos nos quais eles mesmos exercem a atividade para a qual a sociedade existe. Exemplos são sociedades entre médicos, advogados e outros profissionais cujas atividades, ou seja, profissões, correspondem à própria finalidade da união. A Sociedade Simples (SS), nada mais é do que pessoa Jurídica com performance coletiva, isto é, 02 (dois) ou mais sócios.

De acordo com o Código Civil, a sociedade simples é um tipo societário não empresário que pode ser constituído em nome coletivo, em comandita simples ou como sociedade limitada. Além disso, caso não opte por esses tipos societários, será regida pelas regras específicas da sociedade simples, regulamentada pelos artigos 997 aos 1038 do CC/2002. Vale destacar que as regras aplicadas à sociedade simples regulam não somente todas as sociedades não empresárias, mas também as próprias sociedades empresárias, no caso de alguma brecha na legislação.

Vale ressaltar que a responsabilidade dos sócios é ilimitada. No entanto, poderá adotar a espécie societária de Sociedade Limitada - Sociedade Simples

Ltda., passando a responsabilidade dos sócios a ser limitada ao capital social, não respondendo com seus bens pessoais pelas obrigações da sociedade (VALE, CORREIA, 2015)

Já na Sociedade Anônima, a responsabilidade de cada acionista está limitada ao capital de suas ações, mas diferencia-se das Sociedades Empresárias Limitadas (Ltda) em que existe a presença de sócios que dividem o capital em cotas. As sociedades anônimas são regidas, no Brasil, pela Lei das Sociedades por Ações de nº 6.404 de 1976 (CAMPANHA et. al., 2017).

Sendo assim, a Sociedade Anônima é um tipo de empresa constituída em sociedade, em que seu capital é dividido em ações. Também pode ser conhecida pelas siglas SA, S/A ou S.A, além de ser denotada como uma companhia, que contém sua abreviação como "Cia.".

2.1.6 EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A Empresa de Pequeno Porte (EPP) é existe como uma forma jurídico, são sociedades que têm uma receita bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3.6 milhões. Por serem um tipo de empresa com elevada renda, as EPPs fomentam empregos, adquirem uma grande quantidade de materiais e podem ser geradores de serviços e produtos para médias e grandes empresas.

Definida ainda na Lei 123/2006 e na Lei Complementar nº 139/2011 como empresas com limite de faturamento anual de R\$4,8 milhões. Sua formalização é efetivada na Junta Comercial e existirá a opção por um dos regimes tributários (CUNHA; LE BOURLEGAT, 2016). E a quantidade de funcionários necessitara seguir como nas Empresas de comércio e serviços entre 10 e 49 empregados formais registrados com carteira assinada e nas Empresas voltadas às indústrias e o limite varia de 20 a 99 funcionários (SEBRAE, 2017).

Desta forma, elas são estimadas como agentes impulsionadores da economia do país, uma vez que são consideradas grandes geradoras de serviço, uma vez que fomentam empregos e auxiliam na compra e venda de materiais.

2.2 EMPRESA FAMILIAR

Muitas empresas brasileiras, compreendendo grupos admiráveis como

Odebrecht e Votorantim, foram constituídas por familiares entre si e diversas continuam de tal modo até hoje, como a maior parte das pequenas e médias empresas também. Os conceitos exibidos concernentes a empresa familiar, são fundamentados no tripé propriedade, gestão e continuidade, todos referentes a relação do comportamento da família no tocante à empresa. Inicialmente, os pesquisadores sobre o assunto embasavam seus estudos e conceitos nestas extensões de forma separada, avaliando uma ou outra.

Contudo, até pela adulteração determinada no mercado, que viu a necessidade de alterações importante nos modelos de gestão, até mesmo das empresas familiares, os fatores que diferenciavam as estas organizações das demais, tornaram-se menos evidentes e, em decorrência, os conceitos também se modificaram de definições simples para definições mais complexas, multidimensionais (MACCARI; CAMPANÁRIO; ALMEIDA; MARTINS, 2006).

Na constituição, as empresas familiares podem abranger diversos membros da família tanto em cargos empresariais distintas quanto em funções de acionistas e membros da diretoria. Sendo assim, para ser um negócio familiar não é imperioso que os membros permaneçam todos trabalhando como funcionários. Além do mais, a gestão pode estar sendo direcionada por uma pessoa fora da família e nem por isso a empresa deixa sua classificação de negócio familiar. Para tal, ela necessita de ter componentes familiares em cargos de diretores ou no de acionistas (GALLI, 2006).

Para o autor Galli (2006), de forma mais abrangente, a empresa familiar se determina como uma das quais a propriedade e administração, estando no controle sobre as decisões operativas, estão na direção de pessoas da família. Essa acepção traz relativamente uma flexibilidade para o ponto de vista da propriedade, do controle total, para um controle simplista. Primeiramente, esse controle econômico era total, no entanto hoje em dia, muitas empresas familiares, abraçando as convergências de mercado, abriam seu capital, permitindo a participação de terceiros, conservando somente o controle majoritário.

Existem algumas espécies de empresa familiar, sendo essas: empresa familiar tradicional, estas são conhecidas como as mais usuais em um negócio de família. Geralmente, elas têm capital fechado e o controle administrativo e financeiro é realizado somente por familiares. São empresas com grande controle dos proprietários e estimadas de precária transparência; empresa de trabalho familiar,

essa espécie de empresa familiar é muito idêntica a antecedente. Sua fundamentação pondera o acordo entre propriedade e gestão.

Sendo assim, os membros da gestão da empresa são usualmente da família, de forma que os filhos ou parentes de grau mais próximo ao do criador são estimulados a trabalharem nela; empresa de administração familiar, a relevante distinção dessa empresa familiar é que, apesar todos os membros desempenhem controle sobre o negócio, aqueles que sustam as funções de gestão são capacitados para o cargo; empresa familiar híbrida, nessa espécie, verifica-se que a empresa familiar proporciona um pouco mais de abertura no tocante aos tipos de empresas familiares anteriores.

Assim sendo, o capital é aberto, o controle é desempenhado pela família, no entanto há a presença de gestores profissionais, que não constituam essencialmente da família, em encargos de direção; empresa de influência familiar ou de investimento, nessa empresa a maior parte do controle das ações da empresa é conferido a terceiros, apesar os familiares sustentem o controle estratégico da organização (MACCARI; CAMPANÁRIO; ALMEIDA; MARTINS, 2006).

Saliente-se que a Empresa Familiar não é uma espécie societária nova, mas sim uma atividade empresarial na qual, para o empresário constituir-se formalmente, deverá escolher por uma das espécies societárias viventes em nosso país. Atualmente no Brasil, cerca de 98,5% das sociedades formadas são limitadas, em virtude do desembaraço na tomada de decisões, administração social e prestação de contas, dentre outras. Todavia, nada dificulta que o empreendedor selecione por outras espécies de empresas na constituição de uma Empresa Familiar, tais como sociedades anônimas, sociedades em comandita simples, sociedades em nome coletivo, dentre outras (MACCARI; CAMPANÁRIO; ALMEIDA; MARTINS, 2006).

Sua estratégia de negócios necessita ajuntar a dimensão das precisões da família, como sucessão, indigências de dividendos e estruturação fiscal na sucessão dos aspectos societários e para abrir uma é necessário acompanhar alguns passos básicos impedindo dificuldades e complicações com o fisco. Verifica-se ainda, a necessidade de um cuidado com a gestão financeira, uma vez que, essa pode controlar de forma afetiva as receitas e despesas, buscando o melhor para a empresa fazer render seu dinheiro (BERNHOEFT, 1989).

Complementando, o autor Bernhoeft (1989, p. 345), ressalta que é "importante analisar a história e a origem da empresa desde que esta esteja

vinculada a uma família ou que mantém membros da família na administração de seus negócios". Pelo enfoque da gestão e, são consideradas empresas familiares aquelas organizações que têm seus cargos diretivos ocupados pelos seus próprios membros, escolhidos a partir de laços de sangue, da reciprocidade da confiança entre os mesmos.

A necessidade de modernização das práticas de gestão levou a certa flexibilização desse monopólio, levando muitas empresas familiares a mesclarem seus quadros diretivos com profissionais externos contratados, no entanto permanecem atuando em determinadas decisões estratégicas, relacionadas a objetivos, diretrizes e metas da empresa.

2.3 GESTÃO FINANCEIRA

Gestão financeira é um modelo de técnicas e estratégias que visão supervisionar ganhos e gastos de uma empresa. Podendo desta forma se planejar para tomar decisões de como abranger os objetivos. A gestão financeira é uma atividade em que seu objetivo é fazer com que a empresa dê rendimento. Ela controla as receitas e despesas, procurando o melhor para a empresa fazer render seu dinheiro.

A Gestão Financeira é uma atividade dinâmica, que deve começar por você. Cada uma precisa saber gerenciar o seu dinheiro, fazê-lo render. Além deste autogerenciamento, obviamente, o seu campo de atuação estende-se para as empresas públicas e privadas, todas precisam também fazer render o dinheiro (PROF. GONTER, p.3).

Assim toda empresa familiar precisa de um gestor para obter melhor rendimentos. Desde os idos mais remotos da humanidade, mesmo nas sociedades mais primitivas ou mesmo entre os animais, a busca pelo alívio da dor e pela cura das doenças sempre foi tentada (BASSANI; TANAKA; TOSIN, 2003).

Entretanto, a história demonstra que a sociedade, ao adquirir algum grau de desenvolvimento, conhecendo melhor o organismo, suas enfermidades e tratamentos, trata de normatizar a formação dos médicos e disciplinar o exercício da Medicina (SOUZA, 2001, p. 39).

Para os autores Longenecker, Moore e Petty (1997), especificar um padrão único para definir pequenas empresas é algo necessariamente arbitrário, pois as pessoas seguem padrões diversificados e diferenciados para propósitos diferentes.

Uma empresa pode ser nomeada pequena quando comparada a grandes empresas, porém se comparada com empresas menores esta mesma pode se tornar grande. Ainda para os autores todas as grandes e pequenas empresas necessitam de um processo gerencial para dirigir e controlar suas atividades, que essas mesmas precisam ser executadas de forma exemplar, pois contribuem para a produtividade e lucratividade da empresa.

Conforme Longenecker, Moore e Petty (1997), algumas empresas grandes tenham um gerenciamento insuficiente e de pouca qualidade, isto é muito mais vulnerável para as pequenas empresas, pois em muitas existe ineficiência gerencial, e em várias delas, rendem apenas uma quantia significativa para seus proprietários. Do outro lado, os gerentes de pequenas empresas, que de uma forma geral estão habituados em trabalhar nas grandes empresas, precisam enfrentar inúmeras dificuldades como insuficiência de dinheiro, falta de qualificação dos colaboradores e diversos outros fatores.

Para Chiavenato (2003), a administração é uma forma de governar e controlar as organizações ou parte dela. O processo consiste em esquematizar, estabelecer, dirigir e verificar a utilização de recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos e metas de uma forma eficiente e eficaz.

Assim como planejar é de extrema importância o ato de controlar também é fundamental. Chiavenato (2003) traz que o controle é estabelecer padrões de conduta, evitar desvios e comportamentos indesejáveis nos percursos, manter o fluxo do processo e cumprir com os desígnios determinados. Com o controle efetuado de forma correta é possível assegurar que os resultados do que se foi planejado e organizado irão se ajustar de forma mais coerente e sem a necessidade de se refazer algo.

O autor Nakagawa (1995, pg. 48) traz o seguinte entendimento de que "O planejamento é o ato de tomar decisões por antecipação à ocorrência de eventos reais, e isto envolve a escolha de uma entre várias alternativas de ações possíveis". A falta de planejamento financeiro é sem dúvida o principal problema das micro e pequenas empresas brasileiras. Gitman (1984, pg. 250) sugere que "os planos financeiros e orçamentos fornecem roteiros para atingir os objetivos da empresa. Além disso, esses veículos oferecem uma estrutura para coordenar as diversas atividades da empresa e atuam como mecanismo de controle estabelecendo um padrão de desempenho contra o qual é possível avaliar eventos reais." Assim nota-

se que o planejamento é uma ferramenta primordial para a sobrevivência da empresa, pois ele guiará o gestor na busca de meios de controle para auxílio no processo de gestão. Segundo Assaf Neto (1993):

“O planejamento financeiro de uma empresa é desenvolvido fundamentalmente através da projeção de suas demonstrações contábeis, como estimativa mais aproximada possível da posição econômico-financeira esperada. [...] a projeção das demonstrações financeiras a longo prazo demonstra que nunca se pode trabalhar, mesmo que a preços constantes, sem que se estimem taxas futuras de inflação”. (ASSAF NETO, 1993, p. 535).

Nota-se que fica evidente o papel de um gestor que saiba noções mínimas de planejamento futuro e que busque ferramentas, meios de aprimorar conhecimento e fatores que auxiliem a empresa para obtenção de lucros e fixação no mercado.

2.4 FLUXO DE CAIXA

Um dos principais motivos do fracasso das empresas é a falta de qualquer tipo de planejamento financeiro e, principalmente, a não utilização do fluxo de caixa. Uma empresa que mantém um valor de caixa baixo corre o risco de não arcar com despesas diárias que surgem, abrindo margem para pagamento de multas e juros. O que verifica a importância de ferramenta como o fluxo de caixa na gestão da empresa.

Conforme Kuster e Nogacz (2002, p. 34), “A importância do fluxo de caixa para as micro e pequenas empresas se dá pelo fato de que vem a propiciar melhorias na habilidade gerencial os seus administradores”. O fluxo de caixa é uma ferramenta essencial para que as organizações venham a ter um controle e um planejamento financeiro efetivo, adquirindo saúde financeira satisfatória para evitar a mortalidade precoce. Segundo Sá (2006, p. 04), “A geração de caixa é mais importante do que a geração de lucro, já que o que quebra uma empresa não é a falta de lucro, e a falta de caixa”.

Fluxo de caixa é uma ferramenta usada para controlar a entrada e saídas de dinheiro e uma empresa.

O fluxo de caixa, ou controle de caixa, é uma atividade que permite que você registre e analise o fluxo de dinheiro do caixa da empresa. Ele abrange o que é recolhido e tudo o que é gasto, sempre obedecendo um período de tempo pré-estabelecido (ARAUJO; TEIXEIRA; LICÓRIO, 2015, p. 123).

Controle de caixa, onde se registra a entrada e saída de dinheiro, chama se fluxo de caixa, ele permite analisar o fluxo de dinheiro de uma empresa em um determinado período. De acordo com o autor Diniz (2015), o fluxo de caixa é abrangido como o registro e o controle sobre a movimentação do caixa de toda empresa, revelando entradas e saídas de valores financeiros advindos em verificados períodos de tempo.

A Administração do fluxo de caixa é um instrumento de gestão financeira onde se planeja, controla e analisa as receitas, as despesas e os investimentos considerando determinados períodos. Sendo importante sua análise, pois através dela podemos verificar e planejar eventuais excedentes e escassez o que permitirá buscar medidas que venham sanar tais situações (SILVA, 2006, p.147).

Com a ferramenta fluxo de caixa, podemos analisar situações de uma empresa, onde possamos buscar solução eficaz para determinadas situações.

[...] a Demonstração do fluxo de caixa permite que se analise, principalmente, a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos perante terceiros (empréstimos e financiamentos) e acionistas (dividendos), a geração de resultados de caixa futuros das operações atuais, e a posição de liquidez e solvência financeira. (ASSAF NETO, 2002, P. 35).

Quando a empresa tem um fluxo de caixa, ela tem a capacidade de saber como honrar seus acordos, assim se evita endividamentos. Sendo assim, verifica-se que o fluxo de caixa é uma ferramenta de grande importância contábil, ela auxilia a empresa identificar qual é o seu poder de liquidez, avaliar possíveis erros e admite constatar decisões com prevenção (ARAUJO; TEIXEIRA; LICÓRIO, 2015).

Segundo Diniz (2015), a importância desse jogo de entra e sai no fluxo de caixa, ponderando que toda atuação atingida por uma empresa se sintetiza na entrada ou saída de dinheiro, auxiliando na identificação quando vai carecer ou sobejar capital. No entanto, o Assaf Neto (1997), considera que o fluxo de caixa é o recurso de apreensão e registro dos fatos e valores que atentam adulterações no saldo de caixa e sua exposição em relatórios estruturados, de forma a consentir sua abrangência e análise.

Os autores Araújo, Teixeira e Licório (2015) aperfeiçoam esclarecendo que os

relatórios do fluxo do caixa são de manejo simplificado e amplia a compreensão, auxiliando na tomada de decisão. Sendo assim, Assaf Neto (1997, p. 35) determinam que “O fluxo de caixa é de fundamental importância para as empresas, constituindo-se numa indispensável sinalização dos rumos financeiros dos negócios.”. Desta forma, é possível constatar em relação aos rumos financeiros dos negócios, que o fluxo de caixa como um dos relevantes instrumentos de análise ao identificar todo o processo de circulação do dinheiro, consentindo dirigir, monitorar e averiguar a capacidade de movimentação de dinheiro dentro da empresa.

O Fluxo de Caixa é um instrumento que possibilita mostrar entrada e saída ocorridas no caixa da empresa durante um período.

[...] a Demonstração do fluxo de caixa permite que se analise, principalmente, a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos perante terceiros (empréstimos e financiamentos) e acionistas (dividendos), a geração de resultados de caixa futuros das operações atuais, e a posição de liquidez e solvência financeira. (ASSAF NETO, 2002, P. 35).

Ao se analisar as definições de fluxo de caixa, denota-se ser um meio de grande relevância para o planejamento das empresas, sendo um significativo instrumento para planejamento e controle financeiro, por meio de estabelecimento de projeções, com informações minudenciadas sobre as entradas e saídas de recursos. Ainda, a Norma Brasileira de Contabilidade, traz o seguinte, acerca dos objetivos da implementação do método de fluxo de caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa identifica (a) as origens dos fluxos de entradas de caixa, (b) os itens que geraram desembolsos de caixa durante o período das demonstrações contábeis, e (c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. Os fluxos de caixa da entidade são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

O conhecimento dos fluxos de caixa consente aos usuários estimar-se como a entidade do setor público alcançou recursos para custear suas atividades e o meio como os recursos de caixa foram empregados. Ao tomar desembaraços econômicos quanto à alocação de recursos que pronunciam respeito à sustentabilidade das agilidades da entidade, os usuários necessitam envolver o efeito temporal e o grau de veracidade dos fluxos de caixa. A finalidade desta norma é proporcionar informações em relação das adulterações históricas de caixa e equivalentes de

caixa da entidade por intermédio da demonstração dos fluxos de caixa que qualifica os fluxos no decorrer do período em fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento (DINIZ, 2015).

Aplicando o fluxo de caixa como um instrumento de auxílio na gestão financeira para tomada de decisões é possível prever períodos em que ocorrerão faltas ou sobras de recurso financeiro no caixa, amparando desta forma, para que o gestor financeiro tome as medidas indispensáveis para precaver certas circunstâncias. Sendo assim, por meio do apontamento de todas as despesas e receitas, independentemente de seu porte, é uma atuação fundamental e importante para a laboração de um perfeito fluxo de caixa, considerando que, com esta ferramenta, é possível ter uma análise extensa e segura acerca do status econômico da instituição (ILVA, 2006).

Demonstra-se, desta forma, como uma ferramenta para atender às necessidades financeiras de curto e longo prazo, antecipando a circunstância contábil da empresa e promovendo o controle dos custos e despesas pelo período analisado. Não é lícita indecisão sobre como a empresa deve cultivar os seus recursos, especialmente em que se alude em curto prazo, para assim garantir liquidez dos seus compromissos. A sua grande utilidade, é possibilitar a identificação das sobras e faltas no caixa, permitindo à empresa planejar melhor suas ações futuras ou acompanhar o seu desempenho.

2.4.1 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Esta ferramenta admite aos analistas alcançar com fonte segura para uma preparação mais apropriada de seus planejamentos, significando benéfico, e o usos exato dos recursos e valores presentes no caixa, sendo importante utilização.

Segundo IUDICIBUS (2019, p.156): O que importa para manter uma empresa viva é saber se ela está gerando caixa, fonte principal de recursos para continuar suas operações, pagar suas dívidas, aumentar o capital dos sócios e investidores, enfim criar valores e se sustentar.

Com o contemporâneo cenário econômico mundial, e designadamente o brasileiro, o que muito se observou e constatou nas publicações dessas demonstrações (DFC) é que as empresas não suscitaram ou não estão provocando caixa, isto é, não estão sendo aptos de bancar suas próprias intervenções e ficam

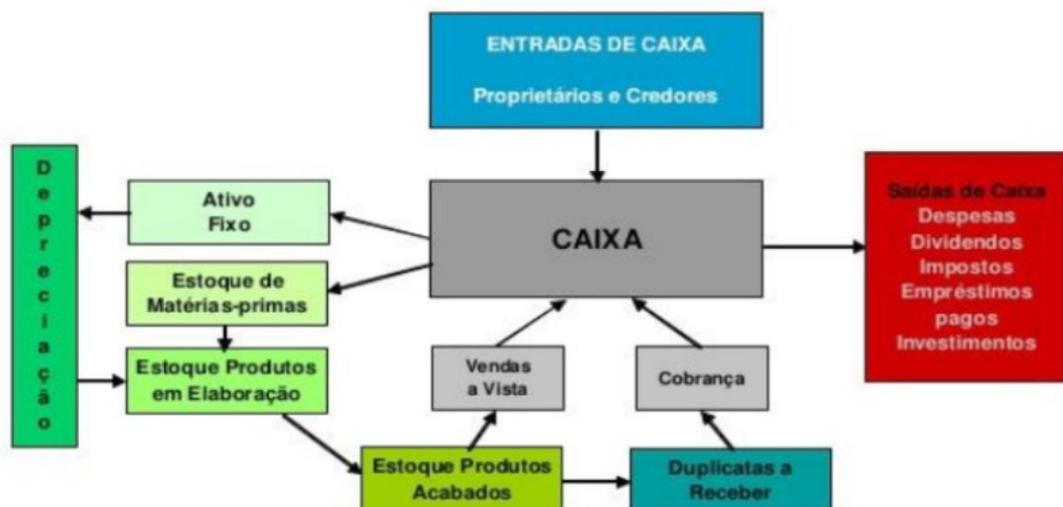
recorrendo ao capital de terceiros para financiamento e custeamento de suas receitas operacionais. Este conhecimento consente ao microempreendedor compreender de forma mais delineada o prosseguimento da sua empresa e o momento certo de acometer, que a empresa consegue cobrir de novos projetos (CARNEIRO, 2011).

Segundo Assaf Neto (1997, p.35):

O fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do Fluxo de Caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas.

Essa demonstração é uma ferramenta indispensável, portanto, para o planejamento futuro, demonstrando recursos providos e despesas fixas. Apresenta, então, as alterações líquidas ocorridas na empresa, bem como as atividades que geram tais adulterações. Em seguida, identifica-se um fluxograma retirado da internet, esquematizando o funcionamento do fluxo de caixa, com o desígnio de contribuir a compreensão acerca do tema:

Figura 1: Fluxograma de Fluxo de Caixa



Fonte: Slideshare, 2014.

De acordo com a imagem apresentada, é possível verificar a funcionalidade do fluxo de caixa, o qual tem a finalidade de avaliar a atividade operacional da

empresa ao longo do período ponderado. Sua geração de recurso pode se decorrer pelo investimento de proprietários e credores, sendo assim, a imagem ainda evidencia, as vendas efetivadas e duplicatas a auferir. As despesas mais expostas se dão com a saída direta, compra de matéria prima, gastos fixos, investimentos, empréstimos, dividendos, contas a pagar, entre outros (ARAUJO; TEIXEIRA; LICÓRIO, 2015).

No entanto, o fluxo de caixa pode demonstrar, ainda, as despesas que frequentemente, não são tão manifestas quando estimadas as finanças empresariais. Desta maneira, é possível apreender que fazem parte da despesa da empresa, como depreciação do ativo fixo, do estoque, dos produtos consumidos, além de avaliar o estoque de matéria prima, a preparação dos produtos, e assim por diante (CARNEIRO, 2011). Em seguida é possível verificar uma demonstração, retirada da internet, que concebe o funcionamento do fluxo de caixa operacional:

Figura 2: Fluxo de Caixa Operacional

Fluxo de Caixa		
R\$ M	31/12/05	30/04/06
Resultado Líquido	-	-
Depreciação	-	-
(+/-) Equivalência Patrimonial	-	-
Geração Bruta	-	-
IOG	-	-
Geração Líquida Operacional	-	-
Investimentos	-	-
Outros Ativos	-	-
Outros Passivos	-	-
Geração Antes Financiamento	-	-
Financiamentos	-	-
Subscrição	-	-
Distribuição Dividendos	-	-
Resultado Exercicios Futuros	-	-
Participações Minoritárias	-	-
Ajustes	-	-
Variação	-	-
Caixa Inicial	-	-
Caixa Final	-	-

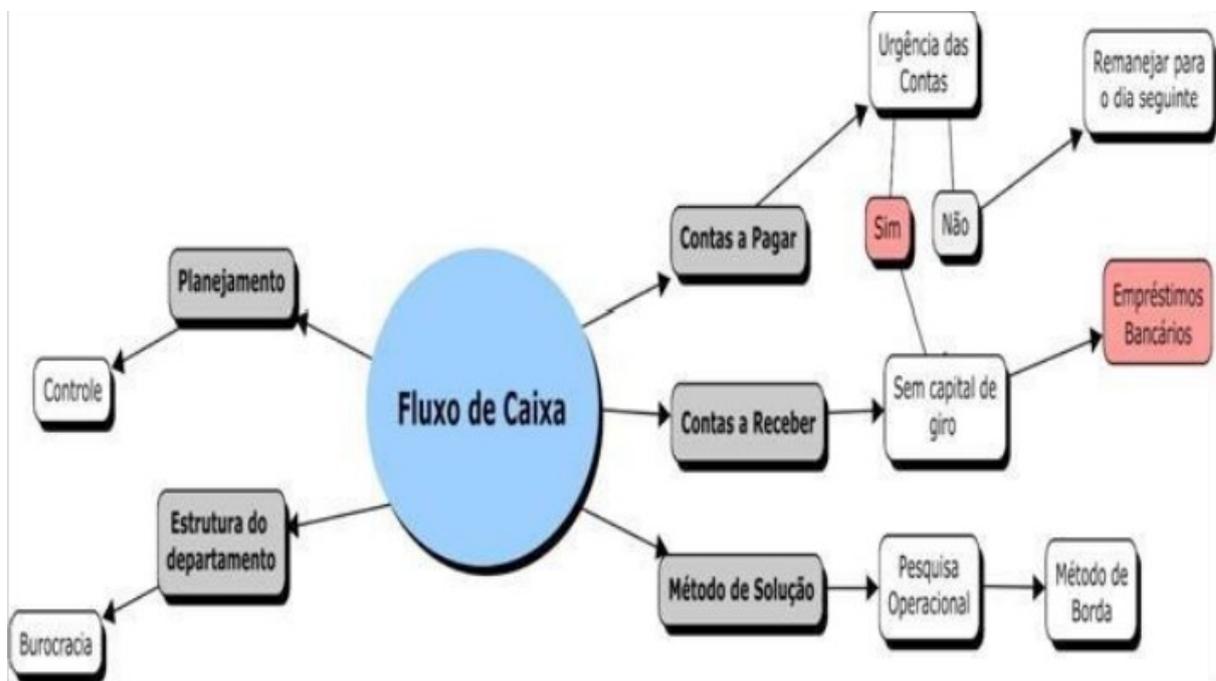
Fonte: Slideshare, 2014.

A despeito do assunto, o autor Marion (2003, p. 380), explana que a demonstração o de fluxo de caixa “indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como, a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período”. A ferramenta se assinala das demais por não consentir extensão das

provisões contábeis, admitindo a análise do impacto de tais provisões nos resultados da organização.

Portanto, como forma de aprofundar o esclarecimento acerca do contexto, segue mapa mental evidenciando de forma mais clara os itens que envolvem o funcionamento do fluxo de caixa, com o desígnio de corroborar a seriedade deste mecanismo para as empresas, involuntariamente de seu porte, tendo em vista o alcance da matéria:

Figura 3: Mapa Mental Fluxo de Caixa



Fonte: Researchgate, 2018.

Diante da imagem, constata-se que o objetivo do Fluxo de Caixa é apresentar informações sólidas sobre dos pagamentos e recebimentos, promovendo a administração dos recursos disponíveis da empresa.

2.4.2 METODO DIRETO E METODO INDIRETO

O método direto é também denominado fluxo de caixa no sentido restrito e é reconhecido como “o verdadeiro fluxo de caixa”, uma vez que corrobora todos os movimentos eficazes para apuração da variação das disponibilidades do momento. Do mesmo modo, consente uma análise mais elaborada e melhor compreensão das

essenciais transações de caixa. Tem seu começo a partir do saldo presente em caixa do período anterior, ponderando esta como saldo inicial.

Portanto, são inclusas as entradas e abatidas as saídas. O IUDICIBUS (2019, p.160) ressalta sobre assunto: “O modelo Direto revela, de uma forma simples de entender, quanto entrou no Caixa (origem) e o montante que saiu (reduzindo o Caixa), destacando as principais entradas e saídas de recursos”. Já o autor Marion (2003, p. 431) apresenta esse método como:

(..) o fluxo de caixa pelo método direto é também denominado fluxo de caixa no sentido restrito. Muitos se referem a ele como o verdadeiro fluxo de caixa, porque, nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente concorreram para a variação das disponibilidades no período.

Assim, apresenta uma forma simples para a análise dos recebimentos e pagamentos, considerando que se demonstra de forma clara o que a empresa tem a receber e a pagar, analisando a situação econômica da empresa. Hoji (2003, p. 431) relata que “o fluxo de caixa auxilia a visualização e compreensão de todo o fluxo financeiro, vez que apresenta os recebimentos e pagamentos advindos das atividades operacionais”. Neste sentido, a NBC 12 (2018), traz:

As entidades são incentivadas a divulgar os fluxos de caixa das atividades operacionais utilizando o método direto. Esse método proporciona informações que (a) podem ser úteis na estimativa de fluxos de caixa futuros e (b) não estão disponíveis no método indireto. Por meio do método direto a informação sobre as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos de caixa podem ser obtidas, alternativamente: (a) por meio dos registros contábeis da entidade; ou (b) pelo ajuste das receitas operacionais, despesas operacionais (as instituições financeiras públicas devem considerar as receitas de juros e as similares e as despesas com juros e encargos similares) e outros itens da demonstração do resultado.

Contudo, há também desvantagens no presente método, tais quais, o custo adicional para que seja possível classificar os recebimentos e pagamentos, além da dificuldade de se encontrar profissionais certificados ao uso de partidas dobradas, para que se classifiquem os recebimentos e pagamentos. No entanto, o método proporciona benefícios diretos à maioria das empresas, pela diminuição de custos financeiros sucedida da consideração de recebimentos e pagamentos que emanem de atividades operacionais da empresa, em lugar do lucro líquido tratado. Também, proporcionam de forma concreta as movimentações advindas na ocasião (CARNEIRO, 2011). Em seguida, verifica-se o modelo de aplicação do fluxo de caixa

pelo método direto, para fins de esclarecimento.

Figura 4: Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

INGRESSOS DE RECURSOS	
Recebimentos de clientes	XX
Pagamentos a fornecedores	(XX)
Despesas administrativas e comerciais	(XX)
Despesas financeiras	(XX)
Impostos	(XX)
Mão-de-obra direta	(XX)
(=) Ingressos de recursos provenientes das operações	XX
Recebimentos por vendas do imobilizado	XX
(=) Total dos ingressos dos recursos financeiros	XX
DESTINAÇÕES DE RECURSOS	
Aquisição de bens do imobilizado	XX
Pagamentos de empréstimos bancários	XX
(=) Total das destinações de recursos financeiros	XX
Variação líquida de Disponibilidades	XX
(+) Saldo inicial	XX
(=) Saldo final de Disponibilidade	XX

Fonte: Campos Filho (1999).

O método indireto, no que lhe concerne, é semelhante à outra modalidade de apuração. No entanto, conforme MARION (2014, p. 218) “a principal vantagem do método indireto é que enfoca a distinção entre o lucro líquido econômico (DRE) e o lucro líquido financeiro (DFC), avaliando as atividades operacionais”. O primeiro desígnio do relatório financeiro é aprovisionar elementos sobre o desempenho do negócio por meio da apuração do resultado (lucro ou prejuízo) e seus componentes. Investidores, credores e outros que estão preocupados com uma avaliação prospectiva do fluxo líquido de caixa estão muito interessados nessas informações. Eles estão muito interessados em conhecer quanto vão ganhar no futuro, acima de qualquer outra informação (CARNEIRO, 2011).

Demonstrações financeiras que mostram somente receitas e pagamentos do caixa durante um período de tempo, como um ano, não podem adequadamente indicar se o desempenho do negócio está com o sucesso desejado. Para Hoji (2003, p. 208), acarreta o que segue aborda do método indireto de fluxo de caixa:

(...) os recursos gerados pelas atividades operacionais são calculados por

meio de lucro líquido ajustado complementado com aumento ou redução dos saldos das contas do ativo e passivo circulante (HOJI, 2003, p. 208).

Figura 5: Demonstração Fluxo de Caixa Método Indireto

ORIGENS	
Lucro líquido do exercício	XX
Mais:	
Depreciações	XX
Aumento em imposto de renda a pagar	XX
Aumento em fornecedores	XX
Menos:	
Aumento em clientes	(XX)
(=) Caixa gerado pelas operações	XX
Venda do imobilizado	XX
(=) Total dos ingressos de disponibilidade	XX
APLICAÇÕES	
Pagamento de empréstimos bancários	XX
Aquisição de imobilizado	XX
(=) Total das aplicações de disponibilidades	XX
Variação líquida das disponibilidades	XX
(+) Saldo inicial	XX
(=) Saldo final das disponibilidades	XX

Fonte: Campos Filho (1999)

Uma vez analisada na figura anterior, esse método além disso é conceituado como fluxo de caixa no sentido amplo, o que se explica quando da análise dos fundamentos de sua elaboração. Dessemelhante do método direto inicia-se do lucro líquido, o qual sofre alteração de acordo com os valores das receitas ou despesas para demonstrar a variação do período (HOJI, 2003).

O método indireto, então, consiste em aliar o lucro líquido derivado da Demonstração do Resultado do Exercício com a depreciação, amortização, provisão, entre outros. Assim como o método direto, possui desvantagens, que seja o período dispensado para que seja possível alcançar as informações do regime de competência, as quais, posteriormente, deverão ser convertidas para regime de caixa. Caso isso não seja feito de forma periódica, a empresa pode se encontrar em situações desagradáveis e tardias. Esse método compreende a extensão de análise de itens não circulantes, além daquelas ocorridas no passivo e ativo, excluindo o valor disponível.

2.5 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O planejamento financeiro é relevante para o funcionamento e sustentação da empresa, uma vez que exhibe meios para dirigir, ordenar e regular suas atuações no conseguimento de seus alvos. O planejamento financeiro está associado absolutamente às projeções futuras. Segundo Ross (2002) assevera que o planejamento financeiro compõe a passagem pelo qual as metas financeiras necessitam ser aspiradas, e é uma determinação do que necessita ser realizada num período futuro.

O autor Gitman (2002, p. 586) acrescenta afirmando que “O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele, não se tem certeza quando haverá caixa suficiente para sustentar as suas obrigações, ou dar-lhes crédito quando se necessitar de financiamentos”. Ainda, o autor Tanaka (2003, p. 175) segura que “O planejamento é considerado uma ferramenta em que as pessoas e organizações a utilizam como um processo decisório com visão para o futuro”, o que evidencia a importância do planejamento financeiro.

Ross, Westerfield e Jaffe (1995) acrescentam que o planejamento é um mapa que delinea as metas para serem adquiridas com o desígnio de permanência e de crescimento competitivo. É uma espécie de declaração formal do que deverá ser realizada no futuro. Em concordância com Zdanowicz (2002), a experiência corrobora que as dificuldades financeiras encaradas pelas empresas familiares parecem transcender da deficiência do planejamento nas suas atividades operacionais. Assaf Neto e Silva (1997) delinea o planejamento financeiro como a programação do orçamento, a operacionalização dos gastos e o ajustamento dos investimentos.

Segundo Tung (1993):

“Em decorrência do maior número de produtos, acirra-se a concorrência enquanto as fontes de recursos multiplicam-se mas ficam mais onerosas. Em consequência, a empresa desprovida de um sistema adequado de planejamento e controle acaba em situação desvantajosa, por vezes fatal. Naturalmente. Mecanismo algum de trabalho, por mais eficiente que seja, pode substituir a capacidade ou o talento do administrador, mas dadas as limitações naturais do ser humano, para atingir suas metas, é para ele indispensável a técnica do planejamento e do controle financeiro”. (TUNG, 1993. p. 116)

Alguns indicadores podem ser utilizados pelas empresas para assessorar na tomada de decisões, investimentos e análises. É necessário que a empresa tenha um planejamento e siga, revise sempre que necessário. Outros fatores de análises e ferramentas úteis aos gestores das micro e pequenas empresa, são a Lucratividade, onde pode ser definida como a relação entre o Lucro apurado no período, ou seja, o restante de recursos existentes após a diminuição dos gastos do período de seu faturamento, e o total de sua receita líquida. Com a fórmula abaixo, os gestores das micro e pequenas empresas poderão quantificar o quão interessante é o empreendimento, qual a sobra de recursos após o pagamento de todas as obrigações da empresa (CARNEIRO, 2011).

$$\text{Lucratividade} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Faturamento Líquido}}$$

Faturamento Líquido

Outra ferramenta que possam usar é a de Rentabilidade, a relação do lucro líquido do período e o capital investido. Verificando se existe viabilidade econômica do negócio. Quanto maior a rentabilidade maior será o retorno sobre os investimentos (CARNEIRO, 2011). Obtém-se a fórmula:

$$\text{Rentabilidade} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Capital Investido}}$$

Capital Investido

O Controle de Caixa é de grande importância, essencial para o controle correto dos recursos financeiros. A partir destes, serão retirados as informações necessárias para a elaboração do fluxo de caixa, que são as perspectivas futuras de pagamentos e recebimentos, determinando os recursos financeiros disponíveis no momento (GITMAN, 2010). Segundo Tanaka (2003):

“A responsabilidade do controle de caixa é processar a movimentação diária de entradas e saídas de recursos financeiros na empresa, através do recebimento de vendas à vista, do recebimento de vendas a prazo, da cobrança de juros, ou através de descaixe relativo ao pagamento de fornecedores, de salários, de obrigações fiscais, etc. Todas essas atividades devem ser processadas através de numerários à vista”. (TANAKA, 2003. p. 19).

A Liquidez Corrente é a relação entre o ativo circulante, os recursos financeiros a curto prazo onde a empresa tem direito e o passivo onde são as

obrigações da empresa (CARNEIRO, 2011). Dados pela formula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

Quanto maior o índice de liquidez melhor será para a empresa, onde demonstra que a disponibilidade de recursos para o pagamento de suas obrigações. O capital de giro define-se como sendo o total de recursos disponíveis para a empresa investir, seja em insumos, produtos ou prazos para os clientes (CATELLI, 2010). Sua formula é simples:

$$\text{Capital de Giro} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Quanto maior for o Capital de Giro disponível na empresa, maiores serão os recursos disponíveis para investimentos. Através da apuração do Capital de Giro é possível obter informações as origens e aplicações dos recursos de curto prazo aplicados na empresa e saber a representatividade de cada grupo de conta. Ele também possibilita a tomada de decisões para o aumento ou diminuição dos recursos para cada item da composição. O capital de giro é o recurso necessário para a empresa se manter (GITMAN, 2010). Definido pela formula:

$$\text{NCG} = (\text{Estoques} + \text{Contas a Receber}) - (\text{Contas a Pagar})$$

Quanto maior a necessidade do capital de giro, maior irá ser os recursos financeiros necessários para operacional a empresa. Quando a empresa possui necessidade de capital de giro maior que o disponível é necessário a buscar esse recurso através de empréstimos ou financiamentos, o que acarretará uma diminuição na lucratividade.

Segundo SEBRAE (2016), os controles financeiros são benéficos para os desembaraços empresariais, isto é, fazer esse acompanhamento é indispensável para o dia a dia da empresa. Gitman (2010) conclue assegurando que controle é designar e aferir a cada passo os padrões de estimativa de desempenho para que sirvam como direção de orientação aos outros administradores, asseverando que a decorrência fidedigna das atividades permaneça em conformidade com os critérios situados. Pode-se proferir que as informações suscitadas com o controle financeiro concebem o primeiro estágio para a gestão do capital de giro.

Nas empresas familiares, quando se verifica a administração do capital de

giro de modo eficiente, resolve-se essencialmente a maioria das complicações de natureza financeira, conforme alude SEBRAE (2016). Sobre as informações alcançadas com o feedback do controle, o autor Chiavenato (2003) confirma que planejamento e o controle são interligados, uma vez que esquematizar é imprescindível para o delinear os objetivos, alvos, meios e limites de concretização, enquanto que o controle consente a realização de um retorno para se alcançar elementos sobre o andamento desse plano, com o alvo do cumprimento ou não do planejamento em questão.

Os autores Figueiredo e Caggiano (1997, p. 46) colaboram com o assunto, afirmando que: “O controle é um sistema de feedback (retorno), que possibilita aos gestores comparar os desempenhos obtidos com os objetivos planejados, ou seja, o controle é essencial para a realização do planejamento de longo e curto prazo”

O autor Zdanowicz (2004) salienta a seriedade do emprego do controle diário nas movimentações bancárias para revisão do fluxo de caixa. A partir deste controle diário o administrador financeiro deverá acompanhar o fluxo de caixa, informando seus responsáveis 5 periodicamente. A revisão do fluxo de caixa abrange no controle habitual, da movimentação bancária, controle do boletim de caixa e bancos e no controle diário de ingressos e desembolsos de caixa.

Zdanowicz (2002, p 173) afirma: “O controle do fluxo de caixa é tão essencial à empresa como o seu processo de planejamento, pois um depende do outro para que ambos possam ser úteis e práticos.”. Como já evidenciado nesse presente trabalho, o fluxo de caixa é importante para o processo de gestão da empresa.

Sendo assim, verifica-se que o planejamento financeiro é uma das mais indispensáveis e principal ferramenta para que aconteça a melhoria no processo da empresa e fixação no mercado. Dessa forma, um planejamento financeiro é constatado como uma peça essencial para uma empresa ao delinear os desígnios futuros a serem adquiridos. Para alcançar os alvos do planejamento com triunfo, precisa-se de um acompanhamento, que pode ser chamado de controle financeiro.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho diagnosticou os benefícios do fluxo de caixa para a gestão financeira de empresas familiar salientou sobre as diferentes espécies de empresas, que podem ser Sociedade Empresária Limitada (LTDA), Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Empresa Individual (EI), Microempreendedor Individual (MEI), Sociedade Simples (SS), Sociedade Anônima (SA), Empresa de Pequeno Porte (EPP). E, especialmente elucidou sobre a empresa familiar, sendo uma empresa que se determina como uma das quais a propriedade e administração, estando no controle sobre as decisões operativas, estão na direção de pessoas da família.

Ainda sobre empresa familiar, constatou que se determina como uma das quais a propriedade e administração, estando no controle sobre as decisões operativas, estão na direção de pessoas da família. Essa aceção traz relativamente uma flexibilidade para o ponto de vista da propriedade, do controle total, para um controle simplista. Primeiramente, esse controle econômico era total, no entanto hoje em dia, muitas empresas familiares, abraçando as convergências de mercado, abriram seu capital, permitindo a participação de terceiros, conservando somente o controle majoritário.

Como se verificou, o controle financeiro de uma organização é essencial para manter a sua saúde econômica e, quando incorporado ao fluxo de caixa, transforma-se um instrumento fundamental para tomada de decisão. O controle de Caixa é de grande importância, essencial para o controle correto dos recursos financeiros. A partir destes, serão retiradas as informações necessárias para a elaboração do fluxo de caixa, que são as perspectivas futuras de pagamentos e recebimentos, determinando os recursos financeiros disponíveis no momento.

Desta forma, o presente estudo aborda os benefícios da proposta de um modelo de fluxo de caixa em empresa familiar. Averiguou-se que certos indicadores podem ser utilizados pelas empresas para assessorar na tomada de decisões, investimentos e análises. É necessário que a empresa tenha um planejamento e siga, revise sempre que necessário. Outros fatores de análises e ferramentas úteis aos gestores das micro e pequenas empresa, são a Lucratividade, onde pode ser definida como a relação entre o Lucro apurado no período, ou seja, o restante de recursos existentes após a diminuição dos gastos do período de seu faturamento, e

o total de sua receita líquida.

Sendo assim, por meio do apontamento de todas as despesas e receitas, independentemente de seu porte, é uma atuação fundamental e importante para a laboração de um perfeito fluxo de caixa, considerando que, com esta ferramenta, é possível ter uma análise extensa e segura acerca do status econômico da instituição.

A demonstração do fluxo de caixa ocasiona as entradas e saídas de recursos financeiros num acurado período de tempo e consente a assimilação prévia de precisões ou sobras de caixa. O desígnio basilar do presente trabalho, foi a apresentação do fluxo de caixa como ferramenta de apoio para a tomada de decisões financeiras, seja operacional, de investimento ou de financiamento. O gestor financeiro tem uma função significativa nestas disposições, uma vez é ele quem vai avaliar qual o melhor investimento e financiamento para o benefício da empresa.

Diante disso, nota-se que o fluxo de caixa é de essencial nas atividades da empresa e que dificilmente sem ele uma empresa atingiria suas metas diárias. Conclui-se o fluxo de caixa tem relevância indispensável a qualquer empresa para que a mesma possa atingir um controle competente e qualificado. Desta forma, considera-se que a gestão financeira é peça notória para que se tenha um bom funcionamento de uma empresa e necessitará frisar o controle e apreciação das atividades financeiras de um empreendimento, por intermédio do fornecimento de informações imprescindíveis para a tomada de decisões.

A revisão do fluxo de caixa compreende no controle habitual, da movimentação bancária, controle do boletim de caixa e bancos e no controle diário de ingressos e desembolsos de caixa. Portanto, com a aplicação da ferramenta do fluxo de caixa como uma forma de subsídio na gestão financeira para tomada de decisões é admissível prever períodos em que acontecerão escassez ou sobras de recurso financeiro no caixa, auxiliando desta forma, para que o gestor financeiro tome as medidas imprescindíveis para precaver certas circunstâncias.

Porém é importante ressaltar, a validação dos resultados do presente artigo e pesquisas semelhantes, pois evidencia-se a seriedade do emprego do controle diário nas movimentações bancárias para revisão do fluxo de caixa. Uma vez que as práticas contábeis contribuem para um bom planejamento administrativo e uma consolidação de metas. Objetiva-se que a demonstração de fluxo de caixa sirva para

a determinação dos fins pretendidos pela empresa, auxiliando na elaboração de objetivos, esclarecendo quais os pontos frágeis e fortes da empresa e consequentemente pelas tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

ARAUJO; A. TEIXEIRA, E. M. T.; LICÓRIO, C. **A importância da gestão no planejamento de fluxo de caixa para o controle financeiro de micro e pequenas empresas.** Redeca, v.2, n. 2., 2015.

ASSAF NETO, T. **Proprietário Análise das Demonstrações Financeiras.** CONTABNET – Tipos de Empresas. 2002. Disponível em: <<https://contabnet.com.br/blog/tipos-de-empresa/>> Último acesso em 20 de abril de 2021.

ILVA, E. C. Da. **Como Administrar O Fluxo De Caixa Das Empresas: Guia Prático E Objetivo De Apoio Aos Executivos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PROF. GONTER BARTEL, **Gestão Financeira.** 2ª ed. Indaial : Uniasselvi, 2011.

AUTOR DESCONHECIDO. **Dfc demonstracão fluxo caixa. 2004.** Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/admcontabil/dfc-demonstracao-fluxo-caixa>> Último acesso em 20 de abril de 2021.

BARBOSA, R. **Análise de Crédito Curso Apostila.** Disponível em: BCB - 3. Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração Dos Fluxos De Caixa. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/manual/0902177810ac075.htm>> Último acesso em 20 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123, De 14 De Dezembro De 2006. Dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Último acesso em 20 de abril de 2021.

BRASIL. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 12, DE 18 D OUTUBRO DE 2018.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47983559/do1-2018-10-31-normabrasileira-de-contabilidade-nbc-tsp-12-de-18-de-outubro-de-2018-47983302> Último acesso em 20 de abril de 2021.

BASSANI, A. G., TANAKA, E. K., TOSIN, F. C. **Gestão e Estratégias Financeiras - Empresas Industriais e Comércio Lojista.** Curitiba/PR. Edições SEBRAE/SC, 2003.

BERNHOEFT, R. **Como criar, manter e sair de uma sociedade familiar (sem brigar).** São Paulo: Ed. SENAC, 1996.

BERNHOEFT, R. **Empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida.** 2 ed. São Paulo: Nobel, 1989.

BRIGHAM, E. F.; GAPENSKI, L. F.; EHRHARDT, M. C.: **Administração Financeira: teoria e pratica.** 1. ed. São Paulo, Atlas 2001.

CAMPANHA, L. J. et al. **Formulação e implementação, convergências e desvios: facetas da política pública do MicroEmpreendedor Individual (MEI) no plano**

local. Gest. Prod., São Carlos, v. 24, n. 3, p. 582-594, 2017.

CAMPOS FILHO, A. Demonstração dos fluxos de caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

CATELLI, A. Controladoria: Uma abordagem da gestão econômica. 2º ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

CHIAVENATO, I. Introdução a teoria geral da administração; 7. ed. Rio de Janeiro, Elsevier 2003.

CARNEIRO, R. B. O fluxo de caixa como instrumento de gerenciamento financeiro nas empresas. 2011. Disponível em: <<http://www.unicampsciencia.com.br/pdf/50bff4f521455.pdf>> Último acesso em 20 de abril de 2021.

CUNHA, M. A. da S.; LE BOURLEGAT, C. A. Inclusão e perspectivas de desenvolvimento da microempresa e empresa de pequeno porte no processo de compras governamentais na esfera federal. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 410-421, 2016.

DINIZ, N. Análise Das Demonstrações Financeiras: Demonstração Do Fluxo De Caixa (Dfc). SESES. Rio de Janeiro, 2015.

DONATTI, L. Empresa Familiar: A empresa familiar em um âmbito global. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 10, 1999.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: Teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GALLI, M. Empresas familiares: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório. Criciúma. Monografia (Gestão Empresarial) – Universidade do Extremo Sul – Catarinense – UNESC, 2006.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 12ª ed. São Paulo: Person, 2010.

GITMAN, L. Princípios de administração financeira essencial. 2ª ed. São Paulo: Bookman, 2001.

HOJI, M. Indicadores financeiros baseados em fluxo de caixa: EBITDA e fluxo de caixa livre. Boletim IOB – Pasta Temática Contábil e Balanços, São Paulo, n. 15, 2004.

JORNAL CONTÁBIL. Microempersa, EPP e Microempreendedor Individual: diferenças e características. 2008. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/microempresa-epp-e-microempreendedorindividual-diferencas-e-caracteristicas/>> Último acesso em 20 de abril de 2021.

KUSTER, E.; NOGACZ, N. D. **Administração financeira. Finanças empresariais.** Gazeta do Povo. Curitiba - PR: FAE Business School, n. 4, 2002.

LIMA, MJO. **As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do serviço social.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MACCARI, A. E; CAMPANÁRIO, A. M. de; ALMEIDA, R. I. M. de; MARTINS, A. **Empresa Familiar e as Dificuldades Enfrentadas pelos Membros da 3ª Geração.** ANPAD. Salvador, ed. 30., 2006.

MELCHOR, P. **Estudo sobre o estatuto das Micro e Pequenas Empresas.** 1999. Disponível em: <
https://www.conjur.com.br/1999-nov04/estudo_estatuto_micro_pequenas_empresas?pagina=2> Último acesso em 20 de abril de 2021.

NETO, A. A. **Finanças corporativas e valor;** 3. ed. São Paulo, Atlas 2008.

NAKAGAWA, M. **Introdução à Controladoria: Conceitos, sistemas, implementação.** 1º ed. São Paulo: Atlas, 1993.

PUGLIESI, F.; MAYERLE, D.; MACHADO, A. R. **Os direitos e as obrigações do titular do capital social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).** Sequência (Florianópolis), Florianópolis, n. 66, p. 305-326, 2013.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Admit' istrae: Financeira.** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSS, S. **A experiências de parceria: envolvendo decisores no processo de pesquisa .** Journal of Health Services Research & Policy 8 (2), 26-34, 2003

SÁ, C. A. **Fluxo de caixa:** A visão da Tesouraria e da Controladoria. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, E. C. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas.** Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, M. dos. **Análise do fluxo de caixa de uma empresa: ranqueamento das contas a pagar a partir do Método Borda.** Disponível em: <
https://www.researchgate.net/publication/328172144_Analise_do_fluxo_de_caixa_de_uma_empresa_rankeamento_das_contas_a_pagar_a_partir_do_Metodo_Borda> Último acesso em 20 de abril de 2021.

SANTO, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa.** São Paulo:Atlas,2001.

SEBRAE. **Quais são os tipos de empresas?** 2017. Disponível em: <
https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/conteudo_uf/quais-sao-os-tipos-de-empresas,af3db28a582a0610VgnVCM1000004c00210aRCRD.> Último

acesso em 20 de abril de 2021.

SEBRAE. **Mortalidade micro e pequenas empresas**. 2016 Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causa_mortis_2014.pdf> Último acesso em 20 de abril de 2021.

SILVA, E. C. Da. **Como Administrar O Fluxo De Caixa Das Empresas: Guia Prático E Objetivo De Apoio Aos Executivos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TANAKA, E. K. **Controles Financeiros Essenciais**. Curitiba/PR. Edições SEBRAE/SC, 2003.

TUNG, N. H. **Planejamento e Controle Financeiro das Empresas Agropecuárias**. São Paulo/SP. Edições Universidade -Empresa Ltda, 1990.

VALE, G. M. V.; CORREA, V. S. **Estrutura social e criação de empresas**. Rev. Adm. (São Paulo), São Paulo, v. 50, n. 4, p. 432-446, 2015.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 9ªed. Porto Alegre. Sagra Luzzato, 2002.